

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: z0dns2rk  <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b>  13/05/2026  Requerimento nº 325/2026  Protocolo nº 4144/2026  Processo nº 1572/2026</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. Lúdio Cabral</p>		

Com fulcro no art. 177, caput, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, requero à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, a realização de Audiência Pública no dia 25 de junho de 2026, às 09h00, na Sala das Comissões desta Casa Legislativa, com a finalidade de discutir o enfraquecimento da proteção ambiental prevista no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), diante do avanço de projetos de lei e normas estaduais que fragilizam institutos centrais, como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o licenciamento ambiental.

## JUSTIFICATIVA

A presente Audiência Pública justifica-se diante da crescente preocupação com a tramitação e aprovação de projetos de lei, bem como da edição de normas estaduais que podem flexibilizar a proteção ambiental prevista no Código Florestal, instituído pela Lei Federal nº 12.651/2012.

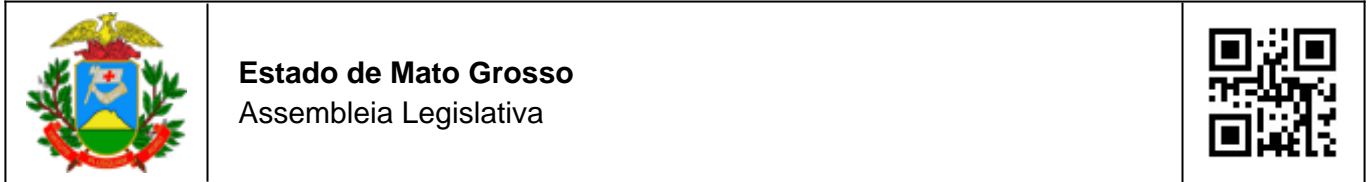
O atual Código Florestal buscou compatibilizar proteção ambiental e atividade econômica, sua edição já foi marcada por intensos debates jurídicos, científicos e sociais, sobretudo em relação às Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e regularização de passivos ambientais.

Nesse cenário, iniciativas que avancem na diminuição de salvaguardas ambientais exigem atenção redobrada, por ultrapassar a competência legislativa concorrente e colocar em risco os recursos hídricos, a biodiversidade, o equilíbrio climático e a segurança ambiental das presentes e futuras gerações.

A realização da Audiência Pública mostra-se necessária para debater os limites da atuação legislativa estadual em matéria ambiental, permitindo a análise dos possíveis efeitos ambientais, sociais, econômicos e jurídicos decorrentes da flexibilização normativa.

A discussão torna-se ainda mais relevante no contexto do Estado de Mato Grosso, território que abriga biomas de elevada importância ecológica, como o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia, além de possuir forte dependência dos recursos naturais e da estabilidade ambiental para o desenvolvimento sustentável de diversas atividades produtivas.

Dessa forma, a presente Audiência Pública busca promover reflexão institucional e democrática sobre os rumos da política ambiental estadual, contribuindo para o aprimoramento do debate legislativo, a segurança



jurídica e a adequada conciliação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Ante o exposto, solicito o apoio dos meus pares para aprovação deste requerimento.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 13 de Maio de 2026

**Lúdio Cabral**  
Deputado Estadual